

## A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CENÁRIO PANDÊMICO ATUAL

*Graduanda  
Maria Fernanda Paulino dos  
Santos Calderon<sup>1</sup>  
Me. Doutoranda Juliane Andrea  
de Mendes Hey Melo<sup>2</sup>*

THE CRISIS OF BRAZILIAN REPRESENTATIVE DEMOCRACY AND ITS  
DEVELOPMENTS IN THE CURRENT PANDEMIC SCENARIO

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo central analisar e discutir as causas e fatores contribuintes para o cenário da crise democrática que o Brasil e outros países enfrentam hodiernamente. Para tanto, focaliza em questões que representam fatores contribuintes para a recessão democrática no Brasil, as quais perpassam pelo autoritarismo, populismo e conservadorismo. A fim de trazer uma compreensão maior desse cenário, a presente pesquisa inicia-se com um breve retrospecto histórico, que discorre sobre o desalinhamento entre o interesse público e a vontade popular, somados a práticas autoritárias, descaso com direitos fundamentais e a presença das práticas conservadoras e populistas. Nesta toada, também é realizado um resgate pelo ano de 2013, período marcado por um contexto de crise e agitações populares que evidenciaram a instabilidade democrática e desconfiança partidária no Brasil. Por fim, o presente estudo resgata a ideia de um subtipo de democracia, denominado democracia delegativa, sustentando as causas que levaram a transformação da democracia representativa para a delegativa e a importância de um espaço público gerido com responsabilidade para a solução da crise e instabilidade hodierna.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise da democracia representativa. Autoritarismo. Populismo. Conservadorismo. Extrema-direita brasileira. Democracia delegativa. Direitos Fundamentais.

**ABSTRACT:** The main objective of this study is to analyze and discuss the causes and contributing factors to the scenario of democratic crisis that Brazil and other countries face today. For that reason, it focuses on issues that represent contributing factors to the democratic recession in Brazil, which permeate authoritarianism, populism and conservatism. Therefore, in order to bring a greater understanding of this scenario, the present research begins with a brief historical retrospect, which discusses the misalignment between the public interest and the popular will, added to authoritarian practices, disregard for fundamental rights and the presence of conservative and populist practices. In this tune, a rescue is also carried out for the year 2013, a period marked by a context of crisis and popular unrest that evidenced democratic instability and party distrust in Brazil. Finally, the present study rescues the idea of a subtype of democracy, called delegative democracy, supporting the causes that led to the transformation of representative to delegative democracy, and the importance of a responsibly managed public space for the solution of crisis and instability today.

**KEYWORDS:** Crisis of representative democracy. Authoritarianism. Populism. conservatism. Brazilian extreme right. Delegative democracy. Fundamental rights.

<sup>1</sup> Graduanda pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

<sup>2</sup> Mestre e doutoranda em Direitos Fundamentais e Democracia. Professora universitária.

## INTRODUÇÃO: PERSPECTIVA HISTÓRICA: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

*“Um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la”.*  
George Santayana, *The Life of Reason* (1905).

A história da democracia, dos gregos até o nosso tempo, implica não só a liberdade de expressão como o equilíbrio no que concerne à distribuição de cargos públicos e à igualdade diante da Justiça, assim leciona a historiadora Lilia Moritz Schwarcz. Na mesma toada, José Afonso da Silva, pontifica que a democracia consiste no melhor instrumento para realização de valores essenciais da convivência humana, os quais se traduzem nos direitos fundamentais, esses, de acordo com Ingo Wolfgang Sarlet, podem ser considerados pressuposto, garantia e instrumento do princípio democrático por intermédio do direito à igualdade bem como outorga do direito à participação (com liberdade e igualdade).

O fundamento e principal pilar da democracia representativa, encontra-se na atuação dos indivíduos, os quais, através do voto, delegam o poder de decisão para representantes. Isso decorre da necessidade de abranger quantitativamente uma participação de todos, prevalecendo os princípios de igualdade e cidadania, bem como na concepção de que os representantes escolhidos podem efetivamente representar o interesse geral.

Muito embora tem-se o referido modelo democrático, percebe-se no cenário político atual, a presença de uma onda marcada por declínios envolvendo a democracia, em vários países, que segundo o entendimento de alguns autores, inicia-se em meados da primeira década do século XXI e percorre até os dias de hoje.

No Brasil, apesar de muitos avanços advindos ao longo da história e principalmente com a aclamada Constituição Cidadã de 1988, que garantiu um rol de direitos fundamentais e, como afirma o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, “catalisou o esforço de inúmeras gerações de brasileiros contra o autoritarismo, a exclusão social e apropriação privada do Estado por elites extrativistas (patrimonialismo), estigmas da

formação nacional”, há um retrocesso e instabilidade em relação aos ditames da democracia representativa, tendo em vista que durante o percurso histórico e atualmente, alguns representantes eleitos democraticamente utilizam a máquina estatal para fins particulares, não gerindo a coisa pública devidamente e faltando com descaso com os direitos fundamentais da população.

O desalinhamento entre o interesse público e a vontade popular, somados a práticas autoritárias, corrupção, descaso com direitos fundamentais, discursos antidemocráticos e populismo radical, são fatores evidentes na política brasileira atual e configuram-se principais fundamentos que favorecem a ruptura da democracia representativa. Assim como afirmam Paulo Márcio Cruz e Josemar Sidinei, o Cidadão vem se distanciando da tomada de decisões cada vez mais, prevalecendo um individualismo egoísta que se apodera de todos e deixa a população sem representantes de fato, pois na verdade esses representam apenas a si mesmos.

A principal dificuldade institucional da democracia é agregar as vontades (preferências) individuais de forma justa, tanto para as majorias, quanto para as minorias, questão que passa pela organização de um sistema eleitoral adequado, pelo desenvolvimento e incremento das formas institucionais da participação popular, além da cultura da transparência e accountability.<sup>6</sup>

Paulo Bonavides, afirma que a vontade geral se encontra cada vez mais distante com a presença de grupos de pressão, os quais fazem detentores daquela vontade convertida através de atos legislativos, em supostas expressões do “bem comum”, da “vontade popular”, e “interesse geral”. No Brasil, esses grupos de pressão utilizam estratégias que podem ser compreendidas - também - pelos esquemas de corrupção e escândalos relacionados a ações fraudulentas, além de mobilizações em imprensa e televisão com propagandas.

<sup>3</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, 2012, p.71

<sup>4</sup> Larry Diamond, Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy* 26:141, 2015, Aziz Huq e Ton Ginsburg, Hot to lose a constitutional democracy. *UCLA Law Review* 65:78, 2018, p.91 e s.

<sup>5</sup> BARROSO, Luis Roberto, 2020, p. 57

A consolidação das mídias sociais, apesar dos inúmeros aspectos positivos, possibilitou o reaparecimento do fenômeno de líder carismático populista digital, junto com a figura de um presidente pater família, ideia que fora herdada do período colonial brasileiro, mas adaptou-se ao novo contexto digital. Apesar do avanço eleitoral percorrido durante os últimos trinta anos, questões características do passado colonial se tornam presentes ao longo do percurso histórico da República brasileira. Entre elas, destaca-se a prevalência de interesses privados em detrimento dos públicos, mandonismo, patrimonialismo e resgate de pautas autoritárias características do passado, colaborando para a perda gradativa do Estado de bem-estar social.

A nova ordem do poder mundial funda-se sobre um modelo de governamentalidade que se define como democrática, mas que nada tem a ver com o que este termo significava em Atenas, ao menos no que diz respeito ao debate democrático na ágora. Sem protagonismo político e privada de espaços de debate, a sociedade acompanha à distância, como mera espectadora, a execução de políticas públicas que violam seus direitos mais essenciais e desconfigura a essência da própria democracia.

O ano de 2013 foi o período crucial responsável por evidenciar e anunciar a crise da democracia representativa, sendo marcado por um contexto de crise econômica e política, juntamente com agitações e manifestações populares denominadas “Jornadas de junho”, as quais foram respostas aos acontecimentos advindos de líderes eleitos que com seus atos ilícitos colocaram em risco a Democracia representativa. Os impeachments ao ex-presidente Fernando Collor e à ex-presidente Dilma, somados aos escândalos de corrupção e fraudes, motivaram o crescimento de um vazio político que já havia se acumulando desde o período da ditadura militar, devido ao mal uso das instituições políticas.

O conjunto desses fatores, além de transgredir o funcionamento da democracia representativa, possibilitou também o crescimento gradativo de desconfiança partidária e arrependimento por parte da popu-

---

<sup>6</sup> ALVES, de Brito, F.; OLIVEIRA, de Fonseca, G. “Crise” da Democracia representativa e a função política do Judiciário: É o Judiciário a “Tábua de salvação” da democracia?. v. 35.2, jul./dez. 2015 Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC

<sup>7</sup> BONAVIDES, 2006, p. 233-234-235

lação, criando um cenário propício a polarização da sociedade, avanço da extrema direita e a ascensão de líderes carismáticos tecnocratas e populistas que se apresentam como “salvadores da pátria”, com políticas antidemocráticas e autoritárias, subvertendo o próprio processo que os levou ao poder, como também pontifica Guilherme O’donnell. Os discursos e estratégias conservadoras e populistas desses líderes são caracterizadas pelo descaso com demandas de minorias, bem como o escárnio e menosprezo em relação a dados, e a situação de desigualdade que se encontra o Brasil.

Já no contexto da democracia ateniense clássica, existia um receio por parte de filósofos, com destaque a Platão em *A República* (360 a.C.), onde restava latente a desconfiança em relação ao poder significativo que era dado ao povo, uma vez que segundo ele, isso poderia ocasionar decisões ruins e influenciadas por demagogos.

Hodiernamente é perceptível que apesar de estarmos diante de uma democracia representativa, a figura de demagogos, líderes carismáticos e “messiânicos” é constante, o que ensejou no crescimento gradativo da desconfiança partidária, haja vista que políticos estão cada vez mais distantes e despreocupados com o bem comum, visando seus interesses particulares em detrimento do público.

A vontade una e soberana do povo, que deveria resultar de um sistema representativo de índole e inspiração popular, se decompôs em nossos dias na vontade antagonica e disputante de partidos e grupos de pressão. Na sociedade de massas abala-se de maneira violenta a acomodação dos interesses econômicos, políticos e sociais, cada vez menos os interesses globais do povo e cada vez mais interesses parcelados de grupos e classes conflitantes. Por isso mesmo, tradutores de um antagonismo que vai se tornando irremediável, sujeitos a um equilíbrio precário e que jamais poderá ser adequadamente atendido pelas velhas estruturas do sistema representativo.” (BONAVIDES, 2006, p.233).

Com a ascensão do presidente Jair Bolsonaro ao poder, o retrocesso democrático intensificou-se, e

<sup>8</sup> AGAMBEN, G. *A Comunidade que vem*. Tradução e notas de Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 141

<sup>9</sup> O’DONNELL, Guilherme. “Democracia Delegativa?”

esses fatores se tornaram mais evidentes, uma vez que foi possível notar tendências extremistas e conservadoras em seus discursos, bem como pautas autoritárias e totalitárias características do século passado com tentativas de silenciar seus oponentes e críticos, demonstrando assim, pouco comprometimento com os direitos constitucionais. Ressalta-se ainda que diante de seu governo, é ainda mais perceptível o retorno de três grandes fatores que já estiveram presentes na história brasileira e intensificam significativamente o processo de enfraquecimento da democracia representativa, sendo eles: autoritarismo, populismo e conservadorismo radical. “No Brasil, em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito com um discurso que confronta minorias e viola Direitos Humanos há muito consagrados, incorporando uma tendência que vem obtendo êxito nas urnas e ganhando espaço em parte da comunidade internacional”.

Apesar de presenciarmos um avanço marcado pelo otimismo e valorização do poder da ciência no século XIX, no cenário pandêmico atual, é notório o descaso e negligência do Poder executivo em relação a medidas de prevenção contra o COVID-19, bem como violação de direitos fundamentais. O Presidente do Butantan, Dimas Covas, em seu depoimento durante a CPI, confirmou que o Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a iniciar a vacinação, mas empecilhos e percalços como a recusa de Jair Bolsonaro em comprar a vacina Coronavac e supostas irregularidades - ainda investigadas no presente momento - em inúmeras tentativas de acordos para a compra de vacinas com sua eficácia cientificamente comprovada, impediram esse processo.

Dessa maneira, o presente artigo tem como finalidade primordial, a análise e compreensão de todos os fatores e desafios responsáveis pela ruptura lenta da democracia representativa brasileira, identificando-os e repensando o presente para que o avanço do retrocesso democrático seja evitado, uma vez que o passado é lugar de referência, mas não de permanência.

<sup>10</sup> DE MORAIS, Argus Romero Abreu. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. Universidade Federal de São João del Rei.

<sup>11</sup> BRÍGIDO, Edimar. Do totalitarismo ao pluralismo: uma análise jusfilosófica.

<sup>12</sup> AGÊNCIA SENADO. Falta de normas claras e de ações coordenadas para distanciamento social prejudica combate à covid. 09 de abril de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/04/falta-de-normas-claras-e-de-acoes-coordenadas-para-distanciamento-social-prejudica-combate-a-covid>. Acesso em 10 dez. 2021.

## 1 DESAFIOS HODIERNOS: AUTORITARISMO E POPULISMO

### 1.1 AUTORITARISMO

Desde 1808 com a chegada da família real até os dias atuais são evidentes alguns aspectos que não foram superados, persistindo no presente e minando o funcionamento da democracia representativa brasileira. Desde a colonização, já era perceptível vestígios de autoritarismo, este, herdado da metrópole de Portugal que fora um Império conservador e autoritário, avesso às ideias libertárias que vicejavam na América e na Europa, assim afirma o Ministro do Luís Roberto Barroso.

Após duzentos anos, marcados por práticas autoritárias, tivemos um significativo avanço com a primazia do poder civil e principalmente no que concerne à Constituição Cidadã de 1988, a qual foi responsável pela transição de um regime militar autoritário e violento para um Estado democrático de Direito, como salienta o Ministro. Ressalta-se também, segundo o jurista italiano Luigi Ferraioli, que essa Constituição é a maior do mundo em garantia de Direitos fundamentais, além de representar uma resistência contra o autoritarismo, a exclusão social e patrimonialismo.

No entanto, apesar de grandes conquistas, o povo brasileiro ainda carece de representantes que de fato os representam, e a democracia representativa ainda persiste afetada por práticas características do período colonial que ainda se fazem presentes no século XXI e foram evidentes em escândalos como o Mensalão, Petrolão, além de dois impeachments de presidentes (ocorridos em menos de 25 anos), os quais foram decorrentes de abusos de poder por parte de líderes governamentais e contribuíram para o fortalecimento da instabilidade política no país.

<sup>13</sup> AGÊNCIA SENADO. Brasil poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI. 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>14</sup> BARROSO, Luís Roberto, 2020, p. 57.

No caso do Brasil, tanto os processos de impeachment de Collor de Mello, entre o final dos anos 80 e início dos 90, e de Dilma Rousseff, em 2016, como a ascensão de Jair Bolsonaro, em 2018, colocaram o país em um cenário de profunda instabilidade política (Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil / José Álvaro Moisés e Francisco Weffort. – Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2020).

De acordo com a Freedom House, em uma escala que varia de 1 a 7, o Brasil possui classificação Nº 02 em relação ao nível democrático. Segundo ela, uma das questões que inviabilizam o regime democrático é a prática e “problema endêmico” de corrupção. Tais condutas, como esquemas de corrupção, não são características apenas do momento recente. Em 1950, com a construção da cidade de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek, foi instaurada uma CPI a fim de sanar dúvidas sobre possíveis suspeitas de corrupção, “Jamais se soube ao certo quanto custou a nova capital. Estimado na época em 1,5 bilhão de dólares, o gasto com a construção de Brasília hoje equivaleria a 83 bilhões de dólares; o correspondente a umas oito Olimpíadas do Rio de Janeiro, ou a cerca de 10% do PIB brasileiro em 1960, que foi de 15 bilhões de dólares” (SCHWARCZ, Lilia, 2019. p. 107).

Durante a Terceira República, também houve escândalos envolvendo esquemas de corrupção que culminaram por exemplo, no impeachment do ex-Presidente Fernando Collor, o qual foi acusado pelo irmão, de liderar um esquema de corrupção que movimentou 1 bilhão de reais dos cofres públicos, e por isso renunciou seu mandato no dia 29 de dezembro de 1992, assim afirma a historiadora Lilia Schwarcz.

Em um passado mais recente, o neologismo “Mensalão”, repercutiu na sociedade, por designar uma prática ilegal em que era pago valores para deputados que fossem a favor dos projetos e medidas do Poder Executivo. Desse modo, iniciou-se um processo por parte do STF (Supremo Tribunal Federal), em que os acusados respondiam principalmente por corrupção ativa, lavagem de dinheiro, e formação de quadrilha.



No ano de 2011, um relatório de 332 páginas produzido pela Polícia Federal não só confirmou a existência do mensalão, como revelou de que maneira funcionava o esquema de desvio de dinheiro público para compra de apoio político no Congresso. A crise do mensalão acabou por gerar outras denúncias (o escândalo dos bingos de 2004, o escândalo dos Correios de 2005), todas envolvendo o Partido dos Trabalhadores. (SCHWARCZ, Lilia. Sobre o autoritarismo brasileiro. Editora Companhia das Letras. 3ª edição. São Paulo, 2019).

A prática da corrupção por sua vez, mesmo não sendo um problema proeminentemente nacional, vicejava desde os primórdios da história do Brasil, com a carta escrita por Pero Vaz de Caminha, onde há vestígios de oferecimento de vantagens a partir do uso indevido do espaço público, os quais também foram costumesiros durante o período colonial. Essa prática imoral e antiética, consiste em casos que transgridam a ordem democrática pois trata-se da distribuição ou recebimento de vantagens ilegais, marcadas pelo desvio de verbas denominadas “propina” para obtenção de benefício particular.

Suas origens são advindas de emendas individuais, utilizadas pelos parlamentares para desviar recursos para “laranjas” ou parentes que seriam destinados a determinados setores da sociedade que estavam necessitando, como ocorreu no episódio dos “anões do orçamento” em 1993 e o da “máfia de sanguessugas” em que foi descoberto o desvio de recursos da saúde, para a compra de equipamentos com preço exorbitante e acima do permitido. Dessa maneira, tal prática assola o cenário político brasileiro e afeta diretamente os direitos fundamentais dos cidadãos, impedindo assim, um melhoramento em setores de saúde, segurança, e educação, e por conseguinte, ampliando a desigualdade e enfraquecendo assim a confiança por parte da população nos representantes políticos.

Em meados de 1630, Frei Vicente do Salvador, Franciscano que se tornou o primeiro historiador, concluiu que: “Nenhum homem nesta terra preza pela república, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”. Na república brasileira do século XX foi corriqueiro práticas como trocas de favores, mandonismos e favoritismos, mas no presente, tais práticas ainda persistem no cenário político, sendo constante o favorecimento de interesses privados em detrimento do interesse coletivo e vontade popular.

Diante desses fatores, cria-se um ambiente propício para o aparecimento da corrupção e patrimonialismo, ambos muito prejudiciais a República e a Democracia representativa. Como afirma a historiadora Lillian Schwarcz em sua obra “Sobre o autoritarismo brasileiro”, o patrimonialismo (conceito utilizado primeiro por Marx Weber) consiste no resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente, designando desse modo, a utilização de interesses pessoais por meio de mecanismos públicos como ocorreu constantemente na Primeira República com os “votos de cabresto”, “curral eleitoral”, os quais foram moedas de troca que acompanharam todas as fases do processo eleitoral, sendo acompanhados pelo coronelismo.

De acordo com dados de pesquisas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), foi identificado que a “bancada de parentes” continua muito persistente no cenário político. No ano de 2014, 113 deputados parentes de políticos e com sobrenome conhecido desde o período das oligarquias, foram eleitos. No ano de 2018 por sua vez, o número teve um crescimento e foi para 172 deputados com laços familiares. Em outras pesquisas do mesmo departamento, percebe-se um aumento de 22% comparado ao ano de 2014, além também, de haver casos em 2018, em que foram feitas campanhas com discurso antissistema por parte de alguns políticos conhecidos por seu sobrenome.

O número de membros da “bancada dos parentes”, no entanto, é seguramente muito mais alto, já que a pesquisa ainda está em andamento e considerou apenas relações de primeiro grau. No ano de 2018, houve até mesmo casos de “dinastias” que fizeram campanha com um discurso antissistema, aproveitando a onda em voga contra a política tradicional. Esse é o caso de Eduardo e Flávio Bolsonaro (ambos no PSL), eleitos para a Câmara e o Senado, respectivamente, e que já fazem carreira na política estadual e nacional (SCHWARCZ, Lillian. Sobre o autoritarismo brasileiro. Editora Companhia das Letras. 3ª edição. São Paulo, 2019).

---

<sup>15</sup> DIAP. Eleições 2018: bancada de parentes cresce no Congresso Nacional. 22 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88898-eleicoes-2018-bancada-de-parentes-cresce-na-camara-dos-deputados>. Acesso em: 15 jan. 2022

Outro fator que auxilia a perpetuação de troca de favores entre os parlamentares, é a utilização indevida de Emendas parlamentares, as quais são usadas por parlamentares para solicitarem inclusões de despesas específicas referentes a diversas áreas da sociedade que necessitam de uma atenção maior do Orçamento Federal brasileiro. Ocorre que esta, por muitas vezes foi e ainda é mecanismo para fortalecer laços políticos e resolver questões privadas, evidenciando um retrocesso nos ditames da democracia representativa brasileira.

Um estudo publicado em 2014 pela Câmara dos Deputados mostrou como muitas verbas públicas acabam sendo utilizadas em troca do apoio do eleitor, por questões meramente políticas e que visam à própria perpetuação no poder. As emendas possibilitariam, portanto, a formação de currais eleitorais, relações clientelistas e patrimoniais entre o deputado e seus eleitores ou quaisquer que sejam os seus favorecidos. Assim, elas adquirem um caráter pessoal e podem servir de instrumento para práticas corruptas, ao dar a quase seiscentos parlamentares o poder de decidir o destino de verbas públicas. (SCHWARCZ, Lilia. Sobre o autoritarismo brasileiro. Editora Companhia das Letras. 3ª edição. São Paulo, 2019).

De acordo com o Ministro Barroso, existem algumas medidas que favorecem o autoritarismo, sendo elas: concentração de poderes no Executivo, perseguição a líderes de oposição, mudanças nas regras eleitorais, cerceamento da liberdade de expressão, novas constituições ou emendas constitucionais com abuso de poder pelas maiorias, entre outros. Práticas de barganha política, características de períodos oligárquicos, ainda assolam o país, contribuindo para a erosão da democracia representativa e do espaço público uma vez que a máquina política e as instituições, ainda são utilizadas em prol de interesses particulares.

## 1.2 POPULISMO

Hodiernamente, a recente introdução das mídias tecnológicas (apesar de favorecer um ambiente de-

mocrático, com pluralidade de falas e informações), contribuiu para a ascensão de modelos exclusivos de autoridade herdados das práticas autoritárias do passado colonial, mas que adquiriu novas formas no novo contexto digital. O fenômeno do líder carismático e “populista digital”, que prega o ódio e a intolerância, além de acusar a imprensa e intelectuais, é um exemplo de prática autoritária recorrente no novo contexto digital.

Em entrevista concedida ao portal de notícias da UOL, o cientista político Francisco Weffort, salienta um aspecto de democratização por via autoritária, a qual ocorre quando a vontade do líder prevalece em detrimento das leis e a política é efetivada apenas quando ela se expressa pelo comandante. Outrossim, Francisco Weffort considera Jair Bolsonaro autoritário pois não obedece as regras habituais de um sistema democrático, convocando sempre que convém, a tradição de intervenção do Exército na vida política.

O populismo radical indica um problema que tem se fortalecido no Brasil, com a figura do atual presidente Jair Bolsonaro, conhecido por seus discursos antidemocráticos, defendendo e exaltando o período turbulento da ditadura militar e da violência. Como afirma Rosana Pinheiro Machado: “No mundo todo, o populismo da nova direita conservadora se caracteriza pela privação de debates e por promessas de soluções fáceis para problemas complexos”. Segundo o cientista político holandês Cas Mudde, essa forma de populismo possui uma abordagem “estereotipada”, que há uma negação da realidade. Tal característica é notória nos discursos do atual presidente, o qual defende o retorno do voto impresso severamente, além de defender o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF).

No contexto atual, devido o descaso do atual presidente, perante as recomendações da Organização Mundial de Saúde e as medidas protetivas para o COVID-19, Cas Mudde, considera-o parte da direita radi-

---

<sup>16</sup> UOL. Cientistas Políticos veem crise da democracia com impeachments e Bolsonaro. 14 de junho de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/06/14/cientistas-politicos-veem-crise-da-democracia-com-impeachments-e-bolsonaro.htm>. Acesso em: 15 jan, 2022.

<sup>17</sup> MACHADO, Rosana Pinheiro, obra: Amanhã vai ser maior (2019).

<sup>18</sup> JOTA. “A democracia representativa pode ser aniquilada pelo populismo no Brasil?”. 05 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/>

cal e o líder de ultradireita que contraria os valores fundamentais, sendo ele o mais ignorante e mais isolado do mundo. Durante sua palestra no Congresso da ABD Constitucional, Luiz Edson Fachin, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou que o populismo contribui para um risco de aniquilação da democracia representativa, pois configura uma ameaça ao espaço plural e a Constituição.

Em sua última obra, *The Far Right Today* (“A Ultradireita Hoje”, sem edição no Brasil), lançada no fim de 2019, Mudde fala sobre a mais recente ascensão do populismo de direita no mundo para o público não especializado no tema. Ele divide a ultradireita (“far right”) em dois grandes grupos, a extrema direita (“extreme right”), que rejeita completamente a democracia, e a direita radical (“radical right”), que opera dentro das instituições democráticas, ainda que se coloque contra valores fundamentais desse sistema, como a separação de poderes e os direitos das minorias.

De toda forma, enquanto esses fatores prejudiciais ao espaço público, que já contribuíram para crises passadas ainda persistirem no cenário político, a democracia representativa brasileira permanecerá em risco, uma vez que sua saúde é medida pela força de suas instituições, as quais são o produto das decisões tomadas por parlamentares. Na medida em que práticas autoritárias como patriarcalismo, corrupção, mandonismo, intolerância social e desigualdade estiverem presentes, as instituições ainda serão utilizadas indevidamente em prol de interesses privados, ocasionando uma perda de seu real propósito para a democracia, ocasionando um retrocesso significativo para a história brasileira.

Mesmo nos casos em que os ciclos eleitorais se sucedem com regularidade, a experiência mostrou que se verificam claras restrições ao pleno reconhecimento do império da lei e à atuação da oposição, além de abusos de poder, a exemplo de práticas sistêmicas de corrupção e a limitação de direitos civis e políticos fundamentais. O cenário ainda envolve o ataque às elites políticas tradicionais e também a diferentes minorias, a defesa do nacionalismo e até apelos ao reacionarismo. (*Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil* / José Álvaro Moisés e Francisco Weffort. – Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2020).

<sup>19</sup> BBC. ‘Bolsonaro é líder mais isolado do populismo de direita hoje’, diz pesquisador do extremismo político, 03 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52465613>. Acesso em: 20 março de 2021.

O retorno de discursos advindos de líderes democraticamente eleitos que enaltecem o grande período turbulento da ditadura militar, sobretudo durante o período de crise, colabora significativamente para que parte da população já frustrada, acredite que medidas autoritárias serão a solução para problemas estruturais. É notório os efeitos e impactos decorrentes de alguns discursos que engrandecem o AI-5 (suavizam medidas violentas realizadas pelo mesmo) do atual presidente Jair Bolsonaro e de seu filho deputado federal Eduardo Bolsonaro, o qual concedeu uma entrevista em 2019, à jornalista Leda Nagle, em que discursou em prol de um “novo AI-5”.

As agitações ocorridas em 2013, como as revoltas dos 20 centavos e da Caçamba, anunciaram e canalizaram a insatisfação e indignação que já estava presente na população com as crises e transformações dos últimos anos (essas que culminam com a futura vitória e posse de Jair Bolsonaro em 1 de janeiro de 2019), além também, de serem manifestações que reivindicavam uma democracia -de fato- representativa, uma vez que com agendas marcadas pelo retorno de modelos autoritários e descompromissados com a equidade, torna-se mais fácil de reverter todo o processo de avanço já ocorrido.

## 2 RECESSÃO DEMOCRÁTICA

Nos últimos tempos, é recorrente a ideia de uma onda de declínios democráticos que percorre diversos países e que iniciou-se, segundo alguns autores, em meados da primeira década do século XXI. A mesma, contribui para o fortalecimento de uma erosão democrática decorrente de “subversão democrática dada pelas

mãos de presidentes e primeiros-ministros devidamente eleitos pelo voto popular”.

Sendo assim, o fundamento desses declínios não advém mais de golpes de Estado, como salienta os autores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt na obra “Como as Democracias Morrem”, mas sim de líderes democraticamente eleitos que colaboram um clima de desconfiança partidária e descrença na democracia fazendo com que cidadãos abandonem suas visões políticas moderadas para destinar seu apoio a minorias radicais caracterizadas por uma forte tendência autoritária, populista e conservadora.

O modelo de democracia representativa brasileira vive um período de “crise” segundo cientistas políticos. Os acontecimentos sucessivos, envolvendo escândalos de corrupção e fraudes, mal uso da máquina estatal bem como descaso com a soberania popular, todos advindos de líderes democraticamente eleitos, colaboraram para o agravamento ainda maior de um sentimento de descrença partidária.

Com a finalidade de esclarecer com afinco quais foram os fatores que propiciaram para o crescimento ainda maior da recessão democrática, é necessário elencar alguns antecedentes primordiais – e não lineares – para uma compreensão maior.

Uma das maiores crises econômicas e sistêmicas do mundo globalizado, teve início no ano de 2007 e foi uma crise localizada em primeiro momento, no setor imobiliário na Califórnia. Entretanto, a tensão surgiu na zona de mercado, mas se alastrou para a esfera política. Como salienta a autora Rosana Pinheiro-Machado, a crise econômica de 2007, segundo ela, foi um marco crucial, pois abriu-se “fratura” na estrutura global, disparando um alerta e uma série de protestos em massa e manifestações, os quais tinham como pauta o fato de que poucos cidadãos estavam felizes com o rumo da política, evidenciando uma descrença generalizada nacional, perante a democracia representativa brasileira em que se questionava a verdadeira função do espaço público.

Apesar de criarem uma forma coletiva e democrática de superar os desafios advindos da crise, os protestos e manifestações, retrataram e manifestaram ainda, um sentimento compartilhado pela maioria dos cidadãos, de que a democracia estaria sendo utilizada para satisfazer o interesse de grandes corporações.

Diferentemente do que estava acontecendo com a democracia, esses ciclos de protestos caracterizaram uma nova forma de viver o coletivo, criando um ambiente público e livre, em que o primordial era que todos os membros e participantes pudessem falar e se manifestar.

O colapso econômico ajudou a impulsionar a explosão de ocupações e protestos em massa no mundo todo. Muito se fala do crescimento do populismo autoritário em escala global, e não poderia ser diferente: é estarrecedor constatar que alguns fantasmas, que pareciam ter sido varridos da história, tenham voltado a assombrar. (MACHADO PINHEIRO, Rosana. *Amanhã vai ser maior*. Organização de Michael Löwy; tradução de Nélío Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. Editora Planeta do Brasil Ltda. 3ª edição. São Paulo, 2019).

A tensão entre o passado e o futuro é evidenciada quando ao mesmo tempo, presencia-se uma série de insurgências populares de um lado, e um crescimento notável da extrema-direita conservadora. A sociologia clássica de Émile Durkheim, em sua obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, define a efervescência coletiva como a produção de coesão social oposta a fragmentação das sociedades atuais, que isola e divide os cidadãos.

## 2.1 CONSERVADORISMO

No Brasil, mesmo com uma certa resistência à crise econômica de 2008, atingindo 7,5% de pico de crescimento econômico em 2010, o ciclo de protestos – com variações locais – reagiu e eclodiu durante as Jornadas de Junho, ano de 2013, com uma insatisfação latente que transformou a sociedade brasileira e trouxe pautas como a deterioração de bens públicos, o descaso com a saúde, a corrupção e os abusos nos gastos com a Copa do Mundo que teve sede no Brasil, em 2014.

Por sua vez, o crescimento da extrema-direita e guinada conservadora, apesar de já estar se articulando há tempos, teve a oportunidade de ganhar espaço e notoriedade em 2014, com a eleição presidencial acir-



rada, mas que a esquerda, representada pela Ex-presidente Dilma, conseguiu garantir sua vitória por 51,64% dos votos. Entretanto, em meados de 2014, o ex-deputado Jair Bolsonaro (agora Presidente do Brasil) se tornou uma esperança para o cenário político instável, sendo eleito deputado em primeiro lugar, juntamente com Luis Carlos Heinze do Partido Progressistas (PP) que foi o deputado mais votado do Rio Grande do Sul e já havia feitos discursos durante audiências públicas, declarando que quilombolas, índios, gays e lésbicas são “tudo o que não presta”. No mundo todo e não foi diferente no Brasil, a nova direita surfou na insatisfação latente, direcionando-a e organizando-a para o lado do autoritarismo e do conservadorismo conforme afirma a autora Rosana Machado.

Juntamente com esses fatores, a população tinha acabado de presenciar a era do “Lulismo”, assim batizado pelo cientista político André Singer. Período que apesar de ter sido marcado por avanços no combate a pobreza juntamente com desemprego e um sentimento de esperança na maioria da população, também propiciou uma sensação de contradição, pois a despeito de tantos avanços, houveram retrocessos marcados pela precariedade nos bens públicos, suspeitas de corrupção envolvendo o Ex-presidente Lula e a Ex-presidente Dilma (que na época era a presidente vigente, no período de 2011 a 2016), e gastos exorbitantes com a Copa do Mundo, possibilitando um vazio político e desesperança por parte dos apoiadores petistas, os quais se sentiram traídos e não representados.

As Jornadas de junho aconteceram de 13 a 20 do mesmo mês, iniciando-se na capital gaúcha, Porto Alegre, que teve como estopim, o aumento da passagem de ônibus além do corte de árvores em decorrência da Copa do Mundo. No Rio de Janeiro, por sua vez, teve a eclosão de protestos após as comunidades mais vulneráveis como os indígenas da Aldeia Maracanã, serem retirados de suas moradias pela Polícia Militar a fim de que fosse remodelada a área para a Copa do Mundo. No entanto, apesar das Jornadas terem propiciado um cenário revolucionário no tecido social, também colaborou para um ambiente de polarização, confusão e sofrimento social.

Posteriormente, os anos de 2014 a 2018 foram marcados -além do limbo histórico- por diversas ma-

nifestações verde-amarelas, em prol do impeachment da ex-Presidente Dilma. Esse período também foi marcado pela prisão do Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) em abril de 2018, decorrente da Operação Lava-Jato, ocasionando um marco negativo para a democracia representativa, uma vez que seria a primeira vez que um presidente da República fora preso. Outra figura política envolvida em esquemas de corrupção, foi o ex-governador Beto Richa (PSDB) que foi preso, nas vésperas das eleições para Senador.

Em decorrência desse cenário, o sentimento de descrença na democracia se fortaleceu ainda mais, possibilitando que os indivíduos se sentissem cada vez mais negligenciados e menos representados. Posteriormente, como extensão dos acontecimentos da época, ganharam força os movimentos da Lava-Jato e o “bolsonarismo”, aspecto que contribuiu para muitos indivíduos depositassem suas esperanças em Jair Bolsonaro, líder populista e com discursos autoritários desde sua campanha, se apresentando como o salvador nacional, desvinculado da corrupção endêmica preponderante no Brasil.

No Brasil, a última crise financeira foi somente um dos fatores que levaram ao poder o outsider político Bolsonaro, que só recentemente se filia ao Partido Social Liberal, em um país no qual há corrupção disseminada entre os principais partidos e a taxa de homicídios é muito mais elevada que nos EUA. (EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal. Editora Record. 1º edição. Rio de Janeiro, 2020).

A ascensão da extrema-direita conservadora trouxe consigo um retrocesso e ataque ao pensamento crítico e humanista, além de retorno de pautas e discursos autoritários e antidemocráticos, como o fechamento do Supremo Tribunal Federal e incentivo pelo atual presidente ao retorno do voto impresso (abolido desde 1996). “Crises econômicas têm um papel fundamental na formação de subjetividades, emoções e frustrações das pessoas. Diversos exemplos que mostram como tempos de recessão são um terreno fértil para o retorno de narrativas supremacistas que vão e voltam desde o século XIX”. (MACHADO PINHEIRO, Rosana. 2019).

Há grandes variações nas políticas da direita radical em relação as normas culturais, alguns, como Bolsonaro são socialmente de direita argumentando que os liberais estão ob-

ceçados com a ideia de expandir os direitos dos grupos minoritários e promover o multiculturalismo, colocando em risco os valores religiosos e a vida familiar tradicional da nação. (EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal. Editora Record. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2020).

Os esquemas de corrupção agravaram ainda mais a crise de representação política, de maneira que houve uma eclosão de diversos escândalos como os de propinas da JBS em 2017, além dos que envolviam Michel Temer (que assumiu o poder depois do impeachment da Ex-presidente Dilma) e Aécio Neves, além também, das fraudes em licitações e fiscalizações, como a que propiciou o desastre ambiental de Brumadinho e Mariana.

Jair Bolsonaro tornou-se então, para a maior parte dos indivíduos, o único líder que poderia alterar o rumo da política, sendo a esperança por parte da população, pois acreditavam que um líder radical, com discursos autoritários, poderia salvar o país da crise. De acordo com uma pesquisa do Conselho Nacional de Transportes (CNT), de outubro de 2016 a fevereiro de 2017, Jair Bolsonaro teve um crescimento de 74%. Estudos antropológicos apontam que uma das características do bolsonarismo é o “militarismo desde baixo”, definido por uma maior constância do trabalho policial nas camadas populares, característica que atinge e estimula o punitivismo das pessoas e pode ser notada por alguns discursos do mesmo, antes de sua posse.

### 3 DEMOCRACIA DELEGATIVA

Mesmo considerando os progressos do cenário político brasileiro após anos do regime militar autoritário, não é possível afirmar que há uma consolidação da Democracia no Brasil. Isso porque, a crise da democracia representativa brasileira ainda é um problema contemporâneo recorrente, ligado diretamente as práticas ilícitas e antiéticas advindas de parlamentares e grupos de pressão, os quais abusam do poder conferidos a eles constitucionalmente, agindo em prol de seus interesses particulares, e dificultando a qualidade democrática e a garantia efetiva de direitos fundamentais que estão positivados na esfera do direito constitucional.

Na medida em que temos a longo prazo, uma crise política e econômica herdada de condutas e práticas contrárias a ordem democrática, o funcionamento e a qualidade da democracia representativa se tornam inviabilizados e o modelo democrático representativo passa a se transformar no que Guilherme O'Donnel descreve como, democracia delegativa. Segundo o autor, esse subtipo de democracia possui como premissa básica o fato de que o presidente o qual se apresenta como “acima de todas as partes” e “encarnação da nação” possui a autorização para o candidato eleito de governar o país como lhe parecer conveniente, e portanto, não sendo necessário a semelhança entre suas condutas e o que prometeu durante sua campanha eleitoral.

O conjunto de práticas decorrentes de arbítrio no poder por parte de líderes governamentais, como os escândalos de corrupção, fraudes, e os impeachments de Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff, possibilitam o uso da democracia representativa como um instrumento para fins ilícitos. Desse modo, a somatória desses fatores causam por conseguinte, uma desconfiança partidária significativa na população, tornando-a fragilizada e vulnerável a aceitar discursos dotados de pautas autoritárias que prometem tirar o país da crise, mas que na verdade só contribuem para sua deterioração.

Essa longa tradição de uma concepção mais “elitista” de democracia, criou já há muitas décadas espaço para populistas que prometiam falar em nome das pessoas que haviam sido negligenciadas e mesmo desprezadas por elites políticas e econômicas cada vez mais distantes e tecnocráticas. Em anos recentes, essa tensão foi aprofundada pela crescente desconexão entre governantes e governados. (EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal. Editora Record. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2020).

Com a utilização da máquina estatal para fins particulares, a presença de discursos populistas e conservadores, e o distanciamento entre a vontade popular e as condutas dos representantes, configuram-se questões cruciais de uma democracia delegativa, uma vez que segundo Guilherme O'Donnel, a caracterização desse tipo de democracia, consiste em um modelo hobbesiano no qual o governante irá aplicar os “remédios amargos” que irão curar a nação, agindo da maneira que achar conveniente, não sendo necessário a semelhança de suas atitudes com o que prometeu em campanha.

Ainda segundo o autor, esse tipo de democracia se encontra especialmente em regimes burocráticos-autoritários e tecnocratas que estão tentando lidar com a crise econômica e social, além de democracias em que há uma forte distância entre os representantes e os representados. Dessa forma, por querer deter um poder mais centralizado, e por não tolerar insatisfação e críticas, ocorre um isolamento do poder Executivo das demais instituições, contribuindo para a criação de políticas mais rápidas, de implementação incerta e com alta chance de erros por não dialogar com os demais poderes, degradando assim o debate político. A prestação de contas convencional (accountability) configura também um dos motivos pelos quais ocorre esse isolamento, pois o presidente não admite essa obrigatoriedade de prestar contas horizontalmente e verticalmente pois impede o seu exercício total e arbitrário do poder.

No personalismo e nos vazios criados pela distância entre representantes e representados, consagrada pela tradição e pela duração dos vícios institucionais, as coisas se passam como se no ato de votar, o representado entregasse ao representante um “cheque em branco”. Evidentemente, concorre para esta “delegação” um sentimento de identidade pessoal do eleitor com os candidatos, mais do que as possíveis afinidades programáticas ou ideológicas dos líderes. Nossa democracia sofre dos males característicos do que Guillermo O’Donnell chamou de “democracia delegativa”, na qual se dilui, enfraquecido, o sentido da representação. (MOISÉS, José Álvaro. WEFFORT, Francisco. Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil. Konrad Adenauer Stiftung. Rio de Janeiro, 2020).

Fazendo um panorama do cenário atual, é possível notar algumas características desse modelo de democracia durante o histórico de governo do atual presidente, Jair Bolsonaro. Desde sua campanha, utilizava-se do populismo autoritário para conquistar o povo, adotando discursos autoritários e com ênfase a violência e descaso com as minorias, focado em questões morais como o polêmico “kit gay”, além de reforçar modelos autoritários, assim afirma a antropóloga Rosana Pinheiro Machado, em sua obra “Amanha vai ser melhor”, havendo portanto, uma discrepância entre suas promessas de melhorar o cenário do país, com o que efetivamente está ocorrendo em seu governo.

A conjuntura das manifestações de 2013, com diversos escândalos de corrupção e economia instável,

motivaram ainda mais a efervescência coletiva de apoio ao Bolsonaro, sendo ele a única figura considerada capaz por muitos, de tirar o país da profunda crise multidimensional. Mas ao contrário, a sua ascensão ao poder foi e ainda é marcada por diversas condutas contrárias a ordem democrática, e que prejudicam a efetiva representação em nome da soberania popular.

Desde o início da pandemia até o presente momento, o atual presidente tem causado polêmicas consecutivas, com suas atitudes e seus discursos, dotados de pautas autoritárias e descaso com o Corona Vírus e Direitos constitucionais. Neste ano, realizou discursos antidemocráticos defendendo o voto impresso e indagando – sem embasamento – a presença de fraude eleitoral, violando assim preceitos constitucionais da democracia representativa e configurando crime de responsabilidade, como salienta o Ministro do STF e Presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Luis Roberto Barroso. Na live em que houve esse discurso, Jair Bolsonaro afirmou: “Nós vamos ter eleições limpas, pode ter certeza. Eu não participar de fraude não quer dizer ‘vou ficar em casa’. Não teremos eleições fraudadas em 2022”.

Em entrevista concedida ao Correio Braziliense, Steven Levitsky, autor da obra “Como as democracias morrem” e Professor da Universidade Harvard, afirmou em relação ao cenário político brasileiro, que o fato da proximidade de apoiadores do atual presidente com grupos armados o preocupa e representa um risco para a democracia. O autor ainda salienta que considera as instituições democráticas brasileiras fortes, mas que a democracia se encontrará em risco sempre que a sociedade eleger uma figura abertamente autoritária como o presidente Jair Bolsonaro.

Em sua obra, *Como as Democracias morrem*, os autores apresentam quatro indicadores de comportamento autoritário. Durante essa mesma entrevista, Steven Levitsky afirmou que Jair Bolsonaro se encaixa

<sup>20</sup> CORREIO BRAZILIENSE. “Bolsonaro volta a atacar eleições: “A fraude está no TSE”. 09 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4936558-bolsonaro-volta-a-atacar-eleicoes-a-fraude-esta-no-tse.html>. Acesso em: 15 jan. 2022

<sup>21</sup> CORREIO BRAZILIENSE. Autor de ‘Como as democracias morrem’: “Bolsonaro é um risco, mas é fraco”. 26 de maio de 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/26/interna\\_politica,858455/autor-de-como-as-democracias-morrem-bolsonaro-e-um-risco-mas-e-fraco.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/26/interna_politica,858455/autor-de-como-as-democracias-morrem-bolsonaro-e-um-risco-mas-e-fraco.shtml). Acesso em: 09 jan. 2022.

nos quatro indicadores, sendo eles: rejeição das regras democráticas do jogo; negação da legitimidade dos oponentes políticos; propensão a restringir liberdades civis básicas de rivais ou da mídia; e por fim, encorajamento ou tolerância a violência.

O comportamento citado por ele, é evidenciado por declarações do atual presidente, como a que foi realizada durante a cerimônia de formatura de fuzileiros navais no Rio de Janeiro, em que o mesmo, em sua fala breve, afirmou: “Democracia e liberdade só existem quando a suas respectivas Forças Armadas assim o querem”. Ressalta-se ainda, os discursos promovidos por ele, marcados pela negação do golpe civil-militar de 1964, que deu início ao período violento da ditadura. “O que mais me preocupa são as autoridades militares usarem uma suposta ameaça de guerra civil para justificar um maior envolvimento militar na política; como aconteceu em 1964”, afirma o autor, Steven Levitsky.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hodiernamente, o Brasil encara uma crise política, social e econômica, motivada por condutas e práticas corriqueiras ao longo do tempo que atingiram demasiadamente o funcionamento e a qualidade da democracia representativa. A desconfiança partidária latente da sociedade, permitiu em um passado recente, o voto da maioria em líderes com retóricas voltadas a medidas mais violentas e autoritárias, que prometiam reverter o cenário de instabilidade, como ocorreu e culminou na vitória do atual presidente, Jair Bolsonaro. O mesmo foi democraticamente eleito, mas é visto como mais uma ameaça à democracia devido aos seus inúmeros discursos evidentemente antidemocráticos que violam os direitos fundamentais e destilam conspirações contra supostos “inimigos” que nesse caso são seus opositores e adversários.

---

<sup>22</sup> El PAÍS. Bolsonaro: “Democracia só existe quando suas Forças Armadas assim o querem”. 07 de março de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/07/politica/1551980781\\_040595.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/07/politica/1551980781_040595.html) Acesso em: 10 jan. 2022

Apesar da evolução democrática advinda com a Revolução de 1930, que pôs fim a democracia oligárquica e estabeleceu uma democracia plural, ainda temos conflitos que impedem a consolidação de uma democracia efetivamente representativa. No contexto atual, a falta de controle estatal, evidenciada por condutas de presidentes anteriores e o atual impactam negativamente o funcionamento da democracia representativa e aspectos inerentes a ela. Quando a vontade dos representantes prevalece em detrimento da vontade popular e de decisões em consonância com a Constituição, setores de saúde, educação e segurança também são afetados.

O comportamento tecnocrata, autoritário e antidemocrático advindo de líderes que deveriam representar o povo, acaba por colaborar de modo crucial para o agravamento desse cenário instável, uma vez que afeta diretamente a garantia do mínimo existencial para os cidadãos. Práticas que envolvem patrimonialismo e corrupção, culminam no crescimento desenfreado da desigualdade no país, afetando o desenvolvimento em setores básicos da sociedade. A ascensão do populismo e conservadorismo radical, quando somados a esses fatores já persistentes no cenário político, colabora ainda mais para a perda de aspectos cruciais e inerentes a essência democrática. Além do mais, o isolamento dos representantes dos outros poderes, permite o aumento de um poder discricionário que vai contra a ordem democrática. Isso porque, desde a consolidação do Constitucionalismo moderno, o poder deve ser limitado para que não ocorra um abuso e para um equilíbrio entre o Sistema de Freios e Contrapesos.

Mesmo com passado e herança autoritária, conservadora e patrimonialista, todo cenário de crise possibilita uma transformação e oportunidade. Sendo assim, a consolidação de uma democracia efetivamente representativa no Brasil pode ser possível com mudanças concretas advindas de líderes democraticamente eleitos. A resistência e efervescência popular em prol do coletivo também é necessária e crucial nesse processo, o exercício a soberania popular pelo voto, contribui diretamente para a retirada de líderes antidemocráti-



cos e problemas endêmicos que até hoje atuam no país.

Aprender a reconhecer as estratégias adotadas por alguns líderes populistas e conservadores, além de práticas autoritárias como esquemas de corrupção e patrimonialismo possibilita a vedação de qualquer expectativa popular e ascensão no poder de líderes vinculados a tais condutas antidemocráticas. O aparato de um representante compromissado com o espaço público deve ser acompanhado da consciência de seu poder limitado, além de preocupação com políticas públicas e responsabilidade com direitos fundamentais, diferentemente do que é visto nos governos anteriores, os quais foram marcados por despreparos, soluções imediatas e irregularidades e durante o atual governo, o qual negou reiteradamente a pandemia, contrariando as medidas de proteção da Organização Mundial da Saúde (OMS) e incentivando uso de medicações já comprovadas cientificamente ineficazes para o combate da COVID-19.

Em seu ensaio “A mentira na política”, Hannah Arendt afirma que para dar lugar à ação, é necessário imaginar uma mudança se removendo mentalmente do espaço e cenário que estamos fisicamente colocados. A resistência perante a instabilidade que se encontra a democracia representativa já é recorrente hodiernamente, mas ela precisa ser cada vez maior e mais potente, pois só dessa forma será possível reverter todo esse colapso.

Portanto, para se ter um ambiente vital, democrático e representativo, é necessário a consonância entre as condutas dos representantes com as regras constitucionais e democráticas. O modelo de democracia adotado e mais viável no Brasil é de suma importância pois permite o pluripartidarismo, alternância de poder e principalmente o poder de decisão do voto, para o povo. Os cargos eletivos para representantes, devem ser ocupados por políticos que prezem e respeitem os demais poderes, criando um ambiente sem qualquer isolamento ou utilização deste para finalidade particular, prezando então, pelo diálogo e melhores decisões para a sociedade.

É de suma importância compreender os acontecimentos históricos do passado que ainda perpetuam e assombram o cenário político presente. Isso porque, os indivíduos de modo geral, encontram-se frustrados

e ressentidos com o modelo de democracia representativa brasileira. Refletir conscientemente sobre esses aspectos torna mais fácil direcionar nossa credibilidade e voto futuro em operadores políticos, que tenham responsabilidade com a equidade e o espaço público, sem conviência e envolvimento com práticas autoritárias e patrimonialistas.

O impulso para uma democracia representativa sólida e a retirada do tecido social da crise, deve ocorrer de fora com a movimentação popular, para dentro, no âmbito governamental. O preâmbulo da Constituição “Cidadã”, redigido pelos representantes do povo, salienta que o Estado Democrático teria como função, assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, bem como a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Portanto, para a consolidação de um Estado democrático, sem o reduto de representantes que violam o ordenamento constitucional, é de extrema relevância, como indaga o jurista Dalmo de Abreu Dallari, a supremacia da vontade popular.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Adamo Dias. **A crise da democracia representativa**. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, Belo Horizonte/MG, 2007, Fundação Boiteux, 2007. v. 1. p. 6485-6504. Disponível em: [http://www.pUBLICADIREITO.COM.BR/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/adamo\\_dias\\_alves\\_2.pdf](http://www.pUBLICADIREITO.COM.BR/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/adamo_dias_alves_2.pdf). Acesso em 17 de março de 2021.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Guilherme Fonseca. **“Crise” da democracia representativa e a função política do Judiciário: É o Judiciário a “Tábua de salvação” da democracia**. Revista do Programa de Pós-graduação em Direito da UFC.

AREDNT, Hannah. **A mentira na política**. Editora Companhia das Letras. 3ª edição. Rio de Janeiro, 2020.

\_\_\_\_\_. **Crises da República**. Editora Perspectiva. São Paulo, 2019.

APPLEBAUM, Anne. **O crepúsculo da democracia: Como o autoritarismo seduz e as amizades são des-**

feitas em nome da política. Editora Record, 1ª edição. Rio de Janeiro, 2021.

AVRITZER, Leonardo. KERCHE, Fábio. MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Editora Autêntica. 1º edição. Belo Horizonte, 2020.

AZZI, Diego Araujo. **A política externa de Bolsonaro na pandemia.** São Bernardo do Campo, 2020.

BARROSO, Luis Roberto. **Sem Data Venia: um olhar sobre o Brasil e o mundo.** Editoria Historia Real. 1º edição. Rio de Janeiro, 2020

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** Editora Paz e Terra. São Paulo, 2020.

BORGONOV, Frederico Poles. Democracia, populismo e constitucionalismo. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CAPUCELLI, Rodrigo Crepaldi Perez; BECAK, Rubens. O constitucionalismo democrático no Brasil: entre a crise da representatividade e a participação. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 56-74, 2017. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-012X/2017.v3i2.2426> >.

CHIRIO, Maud. NABUCO, Rodrigo. CUNHA, Diogo. **Crise política e Virada Conservadora no Brasil (2014-2018): o Abismo Brasileiro no Espelho do Mundo.** Editora Appris. 1ª edição, 2021.

CONSANI, FORONI, Cristina. THIAGO, José. **Democracia, Deliberação e Discussão na Filosofia Política de Rousseau.** Revista Portuguesa de Filosofia. Portugal, 2017.

COSTA, Homero de Oliveira. **Democracia E Representacao Politica No Brasil.** Editora Sulina, 1ª edição. 2010

DAHL, R. A. DAHL, R. A. **Sobre a democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu. **A crise real da democracia representativa no mundo: o mundo vive hoje um clima geral de indignação.** [Entrevista a Francisco Costa]. Globalização e Cidadania [S.l.:

s.n.], 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal**. Editora Record. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2020.

FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. Qual é o rumo da democracia brasileira? [S.l: s.n.], 2021.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Editora Vozes. 1ª edição. Curitiba, 2014

GOHN, Maria da Gloria. **Participação e democracia no Brasil: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Editora Vozes. 1ª edição. Curitiba, 2019

KHAMIS, Rogerio Braz Mehanna. **A crise da técnica da representação política**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

KIERECZ, Marlon. A Crise da democracia representativa no Brasil. Cadernos do Programa de Pós-graduação. Direito/UFRGS

LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Editora Zahar. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2018.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **A crise da democracia representativa. O paradoxo do fim da modernidade**. Jus Navigandi, Teresina, a.8,n.223, 16 fev. 2004

MOISÉS, Álvaro José. WEFFORT, Francisco. **Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil** – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MUDROVITSCH, Rodrigo. **Democracia e Governo Representativo no Brasil**. Editora Lumen Juris. 2018

NETTO, Menelick de Carvalho. **Democracia participativa e Constituição**. Montes Claros, Faculdades Santo Agostinho, 2003. Palestra proferida no 1º Congresso Brasileiro de Direito e Teoria do Estado. Direito Administrativo. Direito Constitucional, Direito Tributário. Patrocinado pelas Faculdades Santo Agostinho, em Montes Carlos, em 28/05/2003

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. Editora Todavia, 1ª edição. 2020

O'DONNELL, G. **Democracia Delegativa? Novos Estudos** – CEBRAP. v. 1, n. 31, p. 25-40, out. 1991.

PINHEIRO MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**. Organização de Michael Löwy; tradução de Nélio Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. Editora Planeta do Brasil Ltda. 3ª edição. São Paulo, 2019

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme Dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Editora FGV, 1ª edição. 2017

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras. 3ª edição. São Paulo, 2019

SILVA FILHO, João Antonio da. **A democracia em Norberto Bobbio**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Sabrina Aparecida. **Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente**. Programa de Pós graduação em Serviço social, Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Editora Estação Brasil. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2019.

BBC. **Brasil tem democracia forte, mas incompleta, afirmam analistas**. 06 de maio de 2010. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100506\\_democracia\\_brasil](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100506_democracia_brasil). Acesso em: 14 fev. 2021.

CNN BRASIL. **Bolsonaro tem “obrigação” de provar fraudes nas eleições**. 18 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-tem-obrigacao-de-provar-fraude-nas-eleicoes-diz-professor/>. Acesso em 15 jan. 2022.

G1. **Em vídeo, deputado diz que índios, gays e quilombolas ‘não prestam’**. 12 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios->

-gays-e-quilombos-nao-prestam.html. Acesso em 14 fev. 2021.

OAB SP. A falta de democracia. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/palavra-do-presidente/2017/a-falta-de-democracia.278>. Acesso em 10 de fev. 2021.

FARIA, José Eduardo. Qual é o rumo da democracia brasileira? Estado da Arte: revista de cultura, artes e ideias. 20 de fevereiro de 2021.

